

PERCEPÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL POR ALUNOS, PROFESSORES E POPULAÇÃO DE VISTA SERRANA-PB

Tiago Monteiro Dantas (1); João Batista Alves (2)

Universidade Federal de Campina Grande: tiago_monteiro16@live.com¹
Universidade Federal de Campina Grande: alvesjb@uol.com.br²

Resumo: Esta pesquisa buscou-se entender os conflitos ambientais estabelecidos na cidade de Vista Serrana-PB e a percepção ambiental da população sobre os impactos e riscos ambientais na qual a sociedade está submetida. Para isso, foram elaborados questionários aplicados junto à população da cidade (n = 80), alunos (n = 95) e professores (n = 10), por meio de (n = 8) questões abertas para a população, (n = 3) para os alunos e professores, além de (n = 10) afirmativas em escala likert com cinco níveis de resposta para os alunos. 70,2% das pessoas disseram que não observavam nenhum problema ambiental no entorno da sua casa e somente 35,1% deles observavam algum problema ambiental na cidade. Outros 20,2% citaram o lixão público localizado na entrada da cidade, como um problema ambiental. Os alunos (63,3%) responderam que resíduos sólidos são produtos consumidos pela sociedade e descartados na natureza e, 34,3% não fazem nada para ajudar na gestão ambiental dos resíduos sólidos da escola. Dentre os professores, 60,0% afirmaram que não existe nenhum projeto escolar com essa temática. O desenvolvimento de projetos em projetos com enfoque em Educação Ambiental na escola, possibilitaria melhora no conhecimento dos problemas ambientais e nas consequências de suas ações para com a natureza. Nesse sentido, a cidade cresce, contudo, permanecem os conflitos entre sociedade e natureza, que necessitam de ações e políticas ambientais preocupadas na promoção de relação harmônica homem-natureza do espaço urbano que minimize danos ambientais provocados por ações antrópicas.

Palavras-Chave: Conflitos Ambientais; Percepção Ambiental; Resíduos sólidos.

Abstract: This research aimed to understand the environmental conflicts established in the city of Vista Serrana-PB and the environmental perception of the population on the environmental impacts and risks in which society is subjected. To do this, questionnaires were applied to the city population (n = 80), students (n = 95) and teachers (n = 10), using (n = 8) open questions for the population, (n = 3) for students and teachers in addition to (n = 10) affirmations on a likert scale with five levels of response for students. 70.2% of people said they did not observe any environmental problem around their home and only 35.1% of them observed some environmental problem in the city. Another 20.2% cited the public dump located at the entrance to the city as an environmental problem. The students (63.3%) answered that solid wastes are products consumed by society and discarded in nature, and 34.3% do nothing to help in the environmental management of solid waste from school. Among the teachers, 60.0% stated that there is no school project with this theme. The development of projects in projects with a focus on Environmental Education in the school, would allow an improvement in the knowledge of environmental problems and the consequences of their actions towards nature. In this sense, the city grows, however, there remain the conflicts between society and nature, which require environmental actions and policies concerned with the promotion of harmonic man-nature relationship of urban space that minimizes environmental damages caused by anthropic actions.

Keywords: Environmental Conflicts; Environmental Perception; Solid Waste.

1. Introdução

A grande produção de resíduos sólidos e o seu descarte de maneira inadequada causa inúmeros problemas e gera várias preocupações ambientais, pois,

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

além de estarem ocupando locais inadequados, estão presentes em volumes elevados nos aterros e lixões diminuindo a vida útil desses locais (ABREU et al., 2017).

O Brasil enfrenta vários problemas na disposição inadequada de parte dos resíduos gerados, sendo o quarto maior país gerador de resíduos por ano no mundo, com aproximadamente 78 milhões de toneladas, perdendo apenas para China, Estados Unidos e Índia (SILVA; FUGII; SANTOYO, 2017). Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB (IBGE, 2008), apontam que 50,80% dos municípios brasileiros têm como única forma de deposição final dos resíduos sólidos urbanos em áreas de lixão a céu aberto, a exemplo de Vista Serrana no interior da Paraíba.

O prazo para a extinção desse tipo de prática de deposição de resíduos pelos municípios brasileiros já venceu pelo que foi exigido na lei instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Assim, o legislador definiu 4 anos para que todos os municípios se adequassem a uma forma de deposição de resíduos sólidos adequados (BRASIL, 2010). O Panorama dos resíduos sólidos no Brasil feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) no ano de 2015 aponta que 3.300 municípios ainda fazem uso de unidades irregulares para destinação final do lixo, isso significa que não aconteceu a extinção dessa prática e que o panorama não mudou muito de 2008 para a realidade de hoje.

A disposição inadequada de lixo e o descarte em lixões a céu aberto pode ter origem a diversos conflitos socioambientais. Um “conflito” tem origem de múltiplas causas, desde as socioambientais e econômicas, a políticas e institucionais, podendo diversas vezes estar interligados entre si (GUEDES; RIBEIRO, 2017). Diante de um cenário, que predomina nas grandes e pequenas cidades brasileiras em que a prática de descarte de resíduos sólidos é questionável e irregular, origina-se daí um conflito ambiental e social onde toda a população está envolvida.

Após as revoluções industriais e crescimento acelerado do mercado industrial, aliado ao estabelecimento dos grandes centros urbanos, que crescem desordenadamente, a interferência do homem foi ganhando evidência e cada vez sendo mais importante no contexto ambiental, forçando assim, as instituições políticas a repensarem e a formular técnicas de gestão ambiental num sistema globalizado e capitalista (MORO et al., 2015).

O estabelecimento de programas de gestão ambiental se configura como um meio de mediar e resolver os conflitos socioambientais, para isso, é preciso buscar entender a complexidade do meio, procurar resgatar valores da natureza e as externalidades sociais, visando quebrar paradigmas, uma vez que é necessário que todas as classes sociais estejam enquadradas no programa como o mesmo caráter de importância (THEODORO et al., 2005).

A exemplo, a lei nº 12.305 de 2010 institui a PNRS, versa pela responsabilidade compartilhada dos resíduos sólidos produzidos pela cidade, dessa forma a indústria e o comércio são responsáveis pelos seus produtos junto com a população e o setor público, de maneira que todos devem compartilhar a responsabilidade pelo lixo produzido, com o objetivo de diminuir os impactos ambientais negativos, causados pelas inúmeras formas de contaminação dos diversos materiais presentes, nos locais de grande deposição de lixo (BRASIL, 2010).

Segundo Oliveira e Galvão Junior (2016), a lei traz considerações inovadoras em que uma delas é que os resíduos sólidos podem ser reaproveitados e reutilizados. A PNRS definiu no seu Art. 9º as prioridades para cada plano de gestão dos resíduos sólidos que são elas: a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. O mesmo autor ainda ressalta que a não geração, redução e reciclagem só é possível em longo prazo, pois é preciso introduzir conhecimentos básicos de Educação Ambiental para assim mudar o pensamento e o comportamento das pessoas.

A compreensão dos problemas socioambientais enfrentados pela população de qualquer localidade é importante, pois se busca entender de que maneira a sociedade convive e os enfrenta. Portanto é fundamental para o desenvolvimento de linhas de pesquisa que possam compreender e buscar meios para soluções viáveis aos conflitos e problemas socioambientais enfrentados pela população (CURUTCHET; GRINBERG; GUTIÉRREZ, 2012).

Nesse contexto, esta pesquisa buscou conhecer os problemas e conflitos socioambientais sob a ótica da população em geral, professores e alunos do ensino médio, da cidade de Vista Serrana, localizada no semiárido paraibano. Tendo em vista que essa cidade apresenta problemas ambientais como a maioria das cidades brasileiras e dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

2. Metodologia

O município de Vista Serrana tem uma área de 61,362 km² e a população urbana estimada em 2017 de 3.808 habitantes com índice de desenvolvimento humano médio de (IDHM) 0,566 segundo o instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE, 2010). O comércio é pouco desenvolvido e sem grandes indústrias, a cidade tem duas escolas: uma estadual que abriga ensino médio e fundamental e a escola municipal só com o fundamental. Segundo dados repassados pelas escolas no ensino médio, há um quadro de 160 alunos matriculados e 14 docentes, assim, foram entrevistados 80 moradores da cidade, 95 alunos das três séries do Ensino Médio da escola Estadual Manuel Medeiros de Araújo e 10 professores dessa escola.

Para entender a percepção ambiental da população de alunos e professores e a comunidade, foram elaborados questionários diferentes com (n= 8) questões abertas para a comunidade urbana e (n= 3) questões para os alunos e professores, além de (n= 10) questões em escala likert com cinco níveis de respostas para os alunos. Dando aos entrevistados a possibilidade de expor sua opinião e seus conhecimentos a respeito da problemática ambiental da cidade.

A pesquisa é quantitativa e qualitativa, pois foram agrupadas as respostas por categoria de semelhança analisados usando o software Excel e depois formulados gráficos e tabelas para se saber quantas pessoas discordam ou concordam com determinados problemas e qual o nível de conhecimento da população sobre a temática em questão.

Para a população, foram elaboradas questões, dentre outras, do tipo “quais os problemas ambientais que você observa na cidade e na sua rua?”; “o que você faz com o lixo produzido em sua residência e de quem é a responsabilidade do manejo dos resíduos sólidos?”. Aos alunos perguntas como: o que é lixo para eles e o que eles fazem para reduzir os resíduos sólidos na escola e na sua própria casa? Tais questões, visaram entender as atitudes da população e a percepção ambiental da mesma.

3. Resultados e discussão

3.1 Entrevistas com a população

Das 80 pessoas entrevistadas 37,5% tinham como ocupação, os cuidados domésticos, 17,5% se declararam aposentadas, 17,5% eram agricultores e 27,5 correspondia a outras profissões como professores, vendedores e auxiliares de serviço, etc. A média de idade da população entrevistada foi de 47,4 ano. A escolaridade de 43,7% é o ensino fundamental completo ou incompleto, 37,5% com ensino médio completo, 16,2% se declaram analfabetos e 2,5% são de pessoas com o ensino superior incompleto ou completo.

Quando perguntados sobre os problemas ambientais por eles observados na cidade, 35,1% das pessoas disseram que não observavam nenhum, enquanto que 20,2% descreveram o lixo como um problema ambiental, o qual, se localiza na entrada da cidade, outros 19,2% citaram a falta de saneamento do esgoto da cidade em algumas ruas e 16,0% citaram a presença do lixo nas ruas. (Figura 1).

É notável que a população reprova e tece opiniões sobre as ações que elas julgam inadequadas, dessa forma perguntou-se o porque as pessoas continuam jogando lixo nos terrenos baldios e ruas e outros locais de forma inadequada, a resposta foi que, 48,2% da população descrevel que é “falta de educação”, 27,1% falta de

conscientização sobre os riscos e problemas gerados por essa ação e 12,8% citaram a deficiência do serviço de coleta.

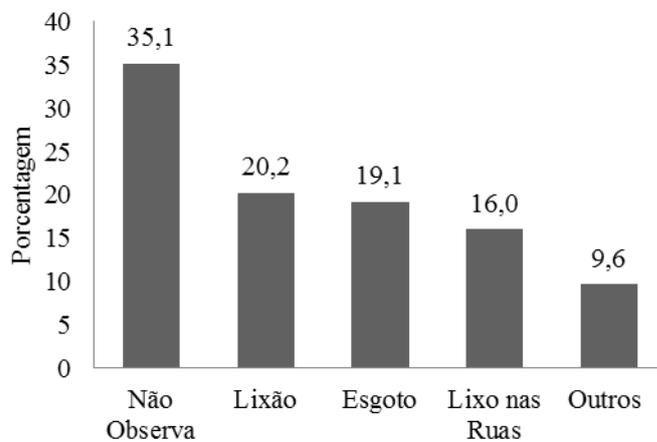


Figura 1: Problemas ambientais da cidade apontados pela população de Vista Serrana-PB.2017.

Quando se restringiu a área de observação, 70,2% das pessoas descreveram não observar problemas do tipo no entorno de suas residências estabelecendo um conflito entre o que foi destacado como problema em toda a cidade e o que a população observa no entorno de suas casas.

Os estudos sobre a percepção ambiental da população, possibilita o conhecimento para os pesquisadores e gestores ambientais, a verificarem: a conduta da população; a visão dos problemas ambientais; as relações com o meio ambiente; suas insatisfações; satisfações e julgamentos sobre os problemas ambientais que são destacados e observados pela comunidade (PAULA; SILVA; GORAYEB, 2014).

Vista Serrana tem problemas na gestão ambiental dos seus resíduos sólidos, principalmente, na sua destinação final, o fato chama mais atenção devido o “lixão” público ser muito próximo à cidade, sendo por essa razão que, 20,2% das pessoas citaram o lixão como um dos problemas ambientais da cidade, mas quando essas mesmas pessoas eram indagadas o porque dessa afirmação, citavam justamente a proximidade com a cidade, ou seja, se o local estivesse localizado em uma área mais afastada da cidade esse número poderia ser ainda menor.

Desta forma, verifica-se que a presença visual desse tipo de equipamento, faz com que parte da população, o perceba como problema, mesmo essa quantidade ser a voz de uma minoria. No fundo, permite inferir que, talvez, se o lixão estivesse localizado fora de alcance dos olhares de parte da população, o mesmo não seria visto como um problema.

Os resíduos sólidos quando lançados na natureza de maneira inadequada pode gerar riscos à saúde humana e prejudicar o meio ambiente de inúmeras maneiras sendo um problema recorrente nos países em desenvolvimento (WOLFF et al., 2016). A maior

parte da população não conhece os problemas ambientais a que elas estão submetidas e por se depararem com essa situação na sua rotina diária, acabam fazendo parte da paisagem natural para a população.

O montante de resíduos sólidos gerados no Brasil anualmente gira em torno de 80 milhões de toneladas ao ano, em média, o serviço de coleta (não seletiva) consegue atingir até 90% da cidade, mas 7,2 milhões de toneladas não são coletadas, por conseguinte, tem o seu destino em áreas inadequadas e 34 mil toneladas ainda seguem para os chamados “lixões a céu aberto” (ABRELP, 2015), sendo esse o caso de Vista Serrana.

A legislação brasileira dos resíduos sólidos visa a compartilhamento da responsabilidade da gestão dos resíduos sólidos, sendo assim, não só a prefeitura como a população, as indústrias e o comércio tem sua parcela de comprometimento estabelecida na lei de nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que estabelece PNRS.

Quanto ao destino do lixo produzido na sua residência, 95% das pessoas disseram depositar os resíduos sólidos no local de coleta de lixo da prefeitura e 77,5% da população descreveu a prefeitura como o único responsável pela gestão dos resíduos sólidos, entretanto, para 17,5% a sociedade tem sua responsabilidade compartilhada com o poder público. Quando indagados se eles faziam algum tipo de separação de lixo, 84% respondeu que não faz e os outros 14% responderam que separam o lixo orgânico, que tem como o destino a alimentação de animais domésticos.

Estabelece-se, nesse sentido, um conflito socioambiental onde as pessoas se eximem da responsabilidade sobre os resíduos sólidos quando creditam que cabe somente ao poder público a responsabilidade pela sua gestão, mas quando indagados sobre o porquê há pontos de deposição inadequada de resíduos sólidos, mais da metade citam a própria sociedade como culpada por essas ações, estabelecendo, assim, uma contradição entre o que pensam e o que praticam.

Provocar diálogos entre a sociedade e o poder público, são atitudes necessárias para que se possa conscientizar e sensibilizar ambas as partes a ouvirem as divergências e esclarecer conflitos dessa natureza, e assim, construir pressupostos básicos de uma mediação e solução desses conflitos por meio de uma gestão ambiental eficaz (THEODORO et al., 2005).

3.2 Pesquisa com Alunos e Professores

A média de idade dos alunos entrevistados foi de 15,5 anos entre as três séries, 54% dos alunos entrevistados são do sexo masculino e 46% do sexo feminino.

Os entrevistados foram perguntados sobre o que seria lixo para eles, 63,3% responderam que são produtos consumidos pela sociedade e descartados na natureza. Outros 18,4% responderam que seriam produtos reciclados e reaproveitados, enquanto 15,3%

responderam que lixo seria a poluição, entulho e outros produtos ou rejeitos de esgotos dispostos de maneira irregular na rua (Figura 2).

Em seguida questionou-se quais eram as suas atitudes para reduzir a geração de resíduos sólidos na escola. O resultado foi que 44,8% dos alunos responderam que depositam o seu lixo na lixeira e 34,3% dos alunos entrevistados responderam que não fazem nada, 6,7 dos alunos responderam que evitam um consumo elevado e outros 4,8% responderam que separam o lixo e se preocupam com a limpeza da escola e outros 4,8% tem atitudes individuais como tentar mobilizar as pessoas a não depositar o lixo nos locais adequado.

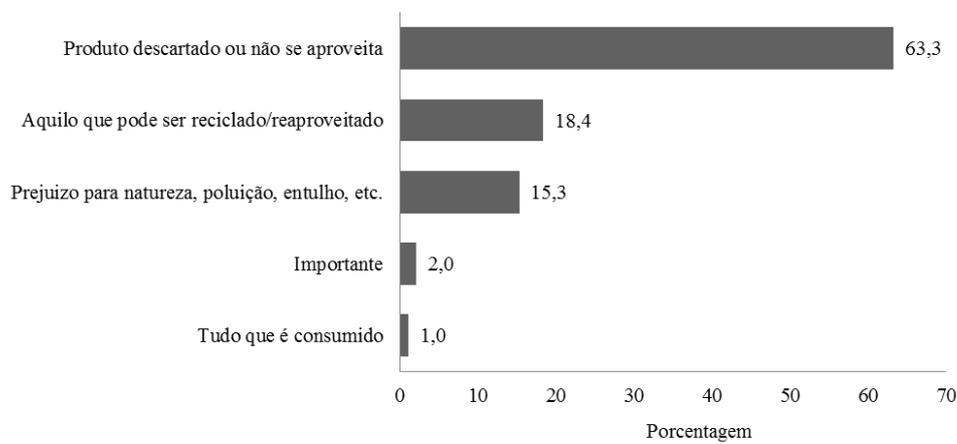


Figura 2: O que é lixo para os alunos do ensino médio da escola Manuel Medeiros de Araújo em Vista Serrana-PB. 2017.

Os alunos apresentam no seu senso comum o pensamento que o “lixo” é aquilo que é descartado no meio ambiente, mas entendem que os reciclados e produtos reaproveitados continuam sendo produtos sem muito valor, retratando o pensamento do mercado capitalista de sempre consumir produtos novos. O resultado desse consumo desenfreado é o acúmulo dos resíduos sólidos e todos os problemas e conflitos ambientais, na sociedade, derivados desta variável antrópica. A maioria dos alunos tem atitudes que seguem o que é passado eticamente, que é a prática de colocar o seu lixo no local adequado, mas dentro do princípio da consciência ambiental muitos não estão engajados na temática de conservação ambiental ou desconhecem os problemas gerados pela má destinação dos resíduos sólidos. Salienta-se que para eles o ato de colocar na lixeira já resolveu o problema, mas se esquecem que o destino final do lixo, em Vista Serrana, é o lixão.

Segundo Oliveira e Galvão Junior (2016), a lei dos resíduos sólidos proporciona um pensamento inovador em todo processo de gestão ambiental, principalmente por que trata o lixo como materiais que podem ser reaproveitados e reutilizados. Os esgotos, outra grande fonte de resíduos sólidos dispostos irregularmente no ambiente, a lei descreve como uma grande fonte de matéria prima para o setor agrícola. O mesmo autor ressalva que

para a redução e maior eficiência no reaproveitamento, reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos só ocorrerá a longo prazo e com trabalhos de educação ambiental nas escolas e com toda a população.

Para Gouveia (2012), o crescimento econômico, populacional e urbano, além do forte desenvolvimento tecnológico vêm sendo seguidos pela mudança no estilo de vida da população, no sentido que para atender às necessidades do mercado é indispensável manter um consumo frequente, como resultado, produtos são descartados precosamente para a aquisição de novos produtos.

As noções e importância de sustentabilidade e de práticas para a conservação ambiental estão difundidas por veículos de mídias escritas e televisivas, nas escolas e de certa forma em toda sociedade, mas essas práticas ainda não são colocadas em evidência e com a sua real importância para o futuro do planeta (MONTEIRO et al., 2017).

Dentro da escala Likert, dez afirmativas foram elaboradas, e então respondidas pelos alunos. Observa-se, na Tabela 1 que 71,6 % e 73,7% dos alunos responderam, respectivamente, que a destinação incorreta do lixo leva a problemas a saúde das pessoas e ao meio ambiente e 36,8% discordam totalmente que o lixão, mesmo estando localizado a uma certa distância da cidade, não é o local adequado para disposição final do lixo.

Quando os alunos foram questionados se eles sabiam a destinação final do lixo da escola 55,8% discordaram totalmente e 28,4% desconhecem os problemas ambientais presentes na cidade, apenas 22,1% reutiliza garrafas e sacolas enquanto que somente 26,3% concorda totalmente que se preocupa com os problemas ambientais presentes na cidade.

Tabela 1: Questões em escala Likert sobre a consciência e ações dos alunos da Escola Manuel Medeiros quanto aos resíduos sólidos.

AFIRMAÇÕES	1	2	3	4	5
A destinação incorreta dos resíduos sólidos podem causar problemas a minha saúde.	3,2	1,1	3,2	21,1	71,6
A destinação incorreta dos resíduos sólidos podem causar problemas ao meio ambiente.	3,2	2,1	4,2	16,8	73,7
Eu sei o destino final dos resíduos sólidos da minha escola.	55,8	14,7	14,7	7,4	7,4
Hoje eu saberia fazer a coleta seletiva.	14,7	11,6	14,7	28,4	30,5
Se eu consumir menos produtos eu produzo uma quantidade menor de lixo.	3,2	4,2	9,5	32,6	50,5
Eu também sou responsável pelos problemas ambientais da minha escola.	16,8	9,5	12,6	29,5	31,6
Eu sei quais os problemas ambientais de minha cidade.	28,4	12,6	13,7	20,0	25,3

Eu reutilizo materiais (garrafas, sacolas, etc) que iriam para o lixo.	38,9	12,6	9,5	16,8	22,1
Se o lixo for colocado em lixões fora da cidade resolveria o problema do lixo em minha cidade.	36,8	13,7	10,5	20,0	18,9
Eu me preocupo com a quantidade de lixo que produzo.	21,1	9,5	18,9	24,2	26,3

Níveis de concordância com afirmativas: 1 discordo completamente 2 discordo em grande parte 3 indiferente) 4 concordo em grande parte 5 concordo completamente).

Por meio dos dados recolhidos em escala Likert é perceptível uma serie de contradições das ações dos alunos em relação aos resíduos sólidos, pois ao mesmo tempo que eles tem a consciência que a destinação incorreta do lixo traz problemas ao meio ambiente, eles concordam que se o lixão público estiver localizado longe da área urbana da cidade seria uma ação que resolveria o problema da mesma.

Quando os alunos foram perguntados se eles se preocupavam com o lixo que eles produzem, a resposta foi muito variada, mas 55,8% responderam que não sabiam para onde ia os resíduos solidos da escola, por outro lado, 30,5% afirmaram saber fazer coleta seletiva, porém 38,9% não reutiliza sacolas e garrafas de plásticos. Portanto, os alunos demonstram ter noção sobre os problemas ambientais oriundos dos resíduos sólidos, todavia suas preocupações não se refletem nos seus hábitos.

Por outro lado 62,0% dos alunos responderam que já tiveram atividades praticas sobre educação ambiental, 37,9% disseram que raramente a escola apresenta essas atividades. Em contrapartida, 91,4% dos alunos que disseram que lembravam de alguma atividade relacionada a Educação Ambiental e citaram uma campanha contra a dengue, em que uma das frentes era a limpeza do lixo da escola e conscientização sobre a ligação dos resíduos sólidos com o mosquito, vetor da doença. Ressalta-se que esse fato ocorreu um mês antes da aplicação desse questionário e 38% dos alunos não lembraram desta ação.

Quando os professores foram ouvidos em relação se a escola tinha atividades sobre Educação Ambiental 70,0% responderam que não e os 30,0% que responderam que sim, disseram que raramente essas atividades acontecem. Depois os professores foram perguntados quais seriam as dificuldades em que eles enfrentavam para desenvolver essas atividades e 70,0% responderam que os alunos não colaboravam ou não tinham interesse. Após esses questionamentos perguntou-se como a direção da escola auxiliava nessas ações, em conjunto com os professores, 40,0% responderam que ajudavam com apóio a projetos e outros 40,0% disseram que aconteciam nos planejamentos, mas em conversa com professores mais antigos, do quadro de funcionários, nenhum projeto ou ação direta foi conduzida com os alunos em relação à situação dos resíduos sólidos pela atual direção da escola.

Os professores foram questionados se a escola oferecia algum tipo de formação continuada sobre a problemática dos resíduos sólidos e 60,0% dos professores disseram que essas atividades não aconteciam, mas 80,0% dos professores julgaram importante para a escola tratar do tema na escola e com os alunos.

Sousa (2015), chama atenção para a falta de formação dos professores quanto a temática ambiental e a falta de um currículo pontual e mais expressivos sobre o tema, pois predomina conceitos vazios desvinculados de uma orientação pedagógica efetiva e que favoreça a formação crítica dos estudantes e dos próprios educadores.

Todas as escolas no Brasil são obrigadas a colocar no seu currículo atividades relacionadas a Educação Ambiental, segundo a lei de número 9.795, de 27 de abril de 1999, em que o legislador aponta como essencial promover a educação em todos os níveis de ensino e o engajamento da população na conservação do meio ambiente e que no futuro a disciplina Educação Ambiental fosse criada no currículo escolar (BRASIL, 1999).

A escola tem muitas dificuldades de trabalhar temas de maneira interdisciplinar com os alunos e o fato da grande maioria dos professores elegerem os alunos como grandes dificultadores no processo de inserção de projetos e atividades sobre o tema, demonstra a fragilidade e a falta de empenho da escola, como um todo, na realização dessas atividades, pois 70% dos professores afirmam que a escola não oferecesse projetos do tipo e a maioria dos professores não tem formação e que a escola não oferece esse tipo enfoque na capacitação dos professores.

4. Conclusões

A escola é parte principal no processo de organização de uma sociedade, por tanto para amenizar os conflitos socioambientais é necessário trabalhar conceitos importantes da Educação Ambiental como os alunos. A escola porém é apenas uma parte do complexo processo de absorção de conhecimentos e atitudes que esses jovens desenvolverão ao longo de suas vidas, sendo assim, se faz necessário que a Educação Ambiental seja trabalhada em todas as camadas sociais.

É notável que a cidade de Vista Serrana apresente inúmeros problemas de gestão ambiental, principalmente sobre os resíduos sólidos produzidos pela cidade. A população em se, julga fazer sua parte quando afirmam depositar seus resíduos domésticos nos locais de coleta oferecidos pela prefeitura, que é a responsável por toda a coleta e sua destinação final. A cidade ainda adota a prática de depositar seus resíduos sólidos em um “lixão” a céu aberto, o que estabelece um risco a todo o meio ambiente e intensificam-se os riscos a população por estar localizada próxima a área urbana da cidade.

Os alunos trazem no seu senso comum à ideia que os resíduos sólidos são produtos descartados e sem valor econômico. Muitas vezes não sabem as reais consequências das suas ações em relação à natureza, por tanto a Educação Ambiental e políticas ambientais trabalhadas tanto no ambiente acadêmico, como no social seria um passo importante para resolver os conflitos desarmônicos entre homem-natureza, minimizando os danos ambientais provocados por suas ações antrópicas.

Referências

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. (2015) **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**, 2013. São Paulo: ABRELPE.

ABREU, A. H. M; MARZOLA, L. B; MELO, L. A; LELES, P. S. S; ABEL, E. L. S; ALONSO, J. M. Urban solid waste in the production of Lafoensia pacari seedlings. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.21, n.2, p. 83-87, 2017.

BRASIL. (2010) Lei nº 12.305/10, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. (1999) Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999 **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União.

CURUTCHET, G; GRINBERG, S. GUTIÉRREZ, R. A. Degradación ambiental y periferia urbana: un estudio transdisciplinario sobre la contaminación en la región metropolitana de Buenos Aires. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 173-194, 2012.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.17, n.6, p.1503-1510, 2012.

GUEDES, M. J. F; RIBEIRO, M. M. R. Aplicação de metodologias de análise de conflito ambiental ao aterro sanitário de Puxinanã (PB). **Revista Engenharia Sanitaria Ambiental**, v. 22, n. 1, p. 81-93, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico, 2010, população estimada em 2017**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250550>. Acesso em: setembro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) - 2008**. Rio de Janeiro: 2010. 60p.

MONTEIRO, C; KARPINSKI, J. A; KUHL, M. R; MOROZINI, J. F. A gestão municipal de resíduos sólidos e as ações de sustentabilidade: um estudo realizado em um município do centro oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 1, p. 139-154, 2017.

MORO, P. D; PANDOLFO, A; MORO, L. D; BARBACOVİ, N. E; TAGLIARI, L. D. Diagnóstico ambiental de indústrias de fabricação de estruturas metálicas e esquadrias de metal de pequeno e médio porte. **Revista Gestão e Produção**, v. 22, n. 1, p. 229-237, 2015.

OLIVEIRA, T. B; GALVÃO-JUNIOR, A. C. Planejamento municipal na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. **Revista Engenharia Sanitária Ambiental**, v.21, n.1, p. 55-64, 2016.

PAULA, E. M. S; SILVA, E. V; GORAYEB, a. percepção ambiental e dinâmica geoecológica: premissas para o planejamento e gestão ambiental, **Revista Sociedade e Natureza**, v. 26, n. 3, p. 511-518, 2014.

SOUZA, D. C. A visão de professores da área de Ciências da Natureza sobre a educação ambiental e sua relação com a política curricular do Estado de São Paulo, Brasil: Algumas contradições. **Revista de la Facultad de Ciencia y Tecnología**, v.2, n.38, p. 147-166, 2015.

SILVA, C. L; FUGII, G. M; SANTOYO, A. H. Proposta de um modelo de avaliação das ações do poder público municipal perante as políticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil: um estudo aplicado ao município de Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 2, p. 276-292, 2017.

THEODORO, S. H. et al. **Mediação dos conflitos socioambientais**. 1 ed. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005.

WOLFF, D. B; GONÇALVES, I. H; GASTALDINI, M. C. C; SOUZA M. M. Resíduos sólidos em um sistema de drenagem urbana no município de Santa Maria (RS). **Engenharia Sanitária Ambiental**, v.21, n.1, p. 151-158, 2016.